

SICOOB CREDICONSUMO

RELATÓRIO ANUAL 2020

 SICOOB CREDICONSUMO





SUMÁRIO

Mensagem da Administração **03**

Quadro Diretivo **05**

Destaques Financeiros **06**

Grandes Números **07**

Resultado **11**

FATES – Fundo de
Assistência Técnica,
Educativa e Social **12**

Responsabilidade Social **13**

Demonstrativos Financeiros,
Notas Explicativas e Parecer
do Conselho Fiscal **16**



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados cooperados, sejam bem-vindos à Assembleia Geral Ordinária da SICOOB CREDICONSUMO, constituída em 18 de maio de 1981 e homologada pelo Banco Central do Brasil em 04 de agosto desse ano. Estamos comemorando, portanto, 4 décadas de existência.

O ano de 2020 foi, juntamente com 2019, um dos mais provocadores que já conhecemos. Este pelo desafio de rentabilidade, aquele devido à pandemia, que alterou completamente nossa forma de viver e de pensar, gerando medo e provocando mudanças drásticas no comportamento das pessoas e na forma de funcionamento das empresas. E não foi diferente com a nossa cooperativa.

A economia repercutiu esse ambiente com pressão de custos, alta das taxas de juros ao consumidor e às empresas, perda de renda e desequilíbrio no consumo de itens básicos, por um lado, e de outro a insegurança em continuar trabalhando frente a uma ameaça desconhecida e invisível; o aprendizado em medidas de prevenção, o cuidado redobrado com os colaboradores, a atenção para preservação da saúde dos associados, o trabalho remoto, tudo fez com que nossa gestão se reinventasse para dar conta de suprir essas e outras novas necessidades da sociedade.

Ademais, a CREDICONSUMO entrou em 2020 com perdas no ano anterior, que quase haviam consumido totalmente a reserva legal.

No nosso ambiente de negócios, outros fatores contribuíam para aumentar os desafios para nossa sobrevivência: condições mais rigorosas para provisão de perdas, estabelecidas pelo Banco Central, alta inadimplência e perda de rentabilidade das operações devido à queda da taxa SELIC, que nunca esteve tão baixa.

Por outro lado, havia uma forte expectativa pelos resultados do trabalho iniciado em 2019 com a reorganização das estruturas de direção e gestão, a dedicação de alguns de nossos conselheiros em trabalhar diretamente com as equipes da CREDICONSUMO e um robusto plano de ação para redução de despesas, visando retomar o caminho da rentabilidade e perenidade.

Já em meados de 2020, como informado na nossa AGO/E de julho, notava-se sinais positivos em um ou outro mês.

No segundo semestre a recuperação consolidou-se, e pudemos concluir o ano com um resultado positivo, em uma virada espetacular, retomando, além dos resultados positivos, a boa imagem frente aos associados e ao sistema cooperativo de crédito, culminando com a aprovação, pelo Banco Central, do nosso pleito de livre admissão, em 28 de janeiro de 2021.



Marcio Francisco Blanco do Valle

Presidente do Conselho de
Administração



É, portanto, com muita satisfação, que realizamos esta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no ano de nosso 40º aniversário, certos de podermos contar com a competência da nossa equipe, a visão estratégica do Conselho de Administração, o rigor na fiscalização pelo Conselho Fiscal e, principalmente, com a nossa razão de ser, a proximidade com todos os mais de 17 mil associados.

Ressaltamos o suporte do SICOOB Central CECRESP, pela sua forte contribuição e orientação das nossas ações, da CNAC, pela vigilância responsável que nos faz aprimorar nossos processos e controles, do sistema OCESP/SESCOOP-SP, pelo apoio institucional, monitoramento e no desenvolvimento das equipes, da Confederação SICOOB e do BANCOOB, que nos suportam e geram escala para mantermos nossa competitividade.

Um reconhecimento especial a vocês, delegados, que representam cada um dos associados, pelo seu apoio e confiança na SICOOB CREDICONSUMO.

Obrigado.

Marcio Francisco Blanco do Valle – Presidente do Conselho de Administração



QUADRO DIRETIVO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (MANDATO 2017/2021)

Marcio Francisco Blanco do Valle
Presidente

Maria de Lourdes Basso Moreno
Vice - Presidente

Angelo Ricardo Tavaris
Conselheiro

Francisco Ráo
Conselheiro

Marcio Fabiano Martins
Conselheiro

Maurício Santos Correa
Conselheiro

CONSELHO FISCAL (MANDATO 2019/2022)

Osmar Yoshihide Kimura
Coordenador – Conselheiro Efetivo

Bruno Henrique de Mattos
Conselheiro Efetivo

Rosangela Ap. Ferreira de Souza
Conselheira Efetiva

Andrea de Oliveira Maia
Conselheira Suplente

José Carlos Rodrigues
Conselheiro Suplente

Roberto Carlos Orvate
Conselheiro Suplente

DIRETORIA EXECUTIVA (MANDATO 2017/2021)

Paulo Fernando Ozelame
Diretor Presidente

Hércio Wiesel Colúcio
Diretor Administrativo Operacional

Carlos Antonio Pereira Barbosa
Diretor Comercial
(Até 01/07/2020)



DESTAQUES FINANCEIROS

(dezembro/2020)



Patrimônio Líquido
23,9 milhões



Carteira Líquida de Crédito
27 milhões



Ativo Total
47,6 milhões



Aplicações
14,2 milhões



Sobras Brutas
799,1 mil



Associados
17.668



Depósitos
21,1 milhões

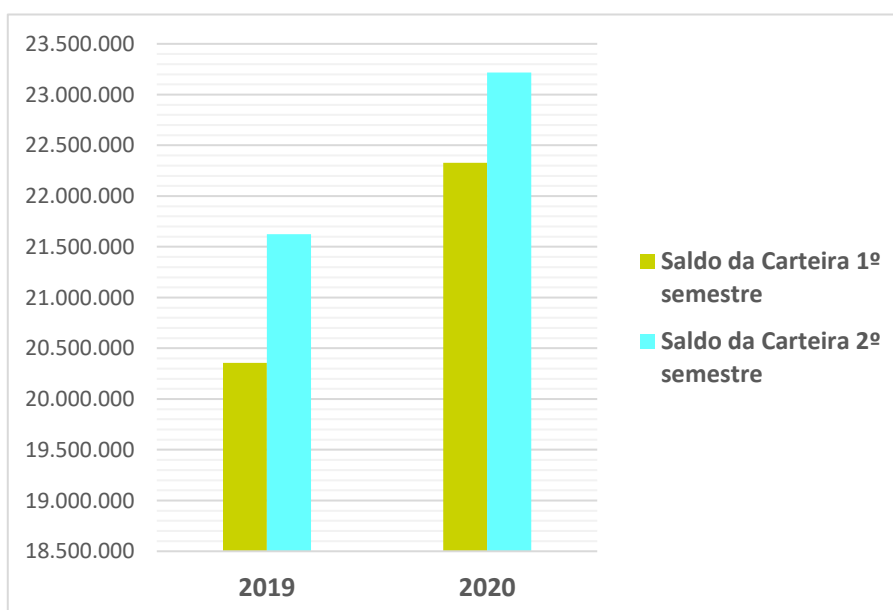


ASSOCIADOS ATIVOS

Quantidade de Associados PF	2019	2020	Quantidade de Associados PJ	2019	2020
Associados com CC Ativa	12.078	12.928	Associados com CC Ativa	35	39
Associados sem CC Ativa	4.013	4.696	Associados sem CC Ativa	5	5
Total PF	16.091	17.624	Total PJ	40	44
Índice de Aproveitamento de Produto	2,52	2,92	Índice de Aproveitamento de Produto	2,97	2,46

CAPITAL SOCIAL

	2019	2020
Saldo da Carteira 1º Semestre	20.357.097	22.329.135
Evolução		<i>10%</i>
Saldo da Carteira 2º Semestre	21.624.635	23.218.774
Evolução		<i>7%</i>

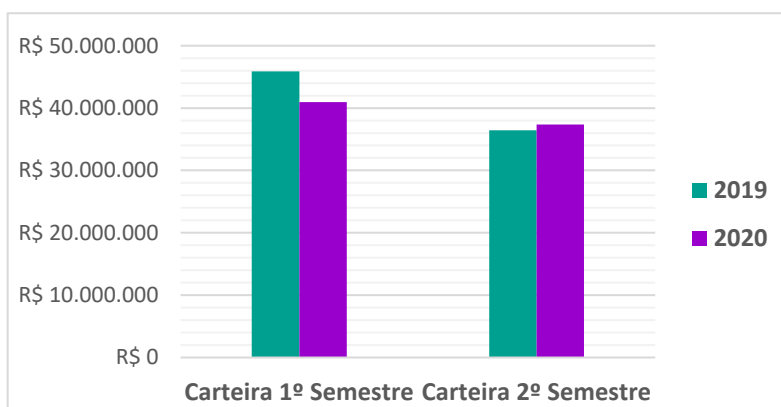




EMPRÉSTIMOS

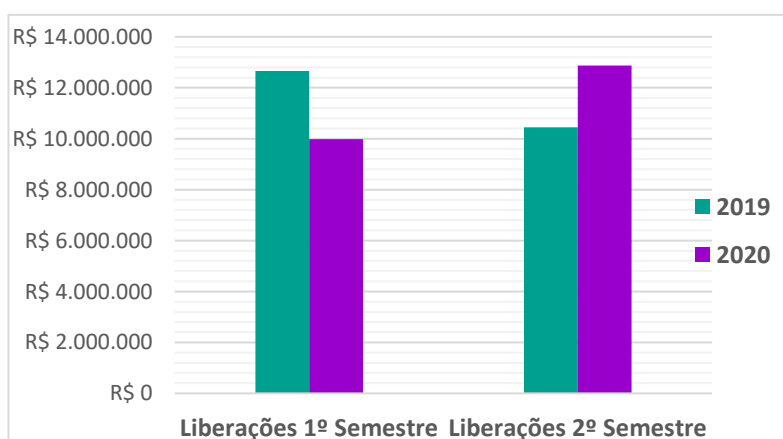
SALDO DA CARTEIRA

Exercício	2019	2020
Saldo da Carteira 1º Semestre	R\$ 45.876.926	R\$ 36.449.971
Evolução		-20%
Saldo da Carteira 2º Semestre	R\$ 40.944.907	R\$ 37.382.376
Evolução		-9%



LIBERAÇÕES

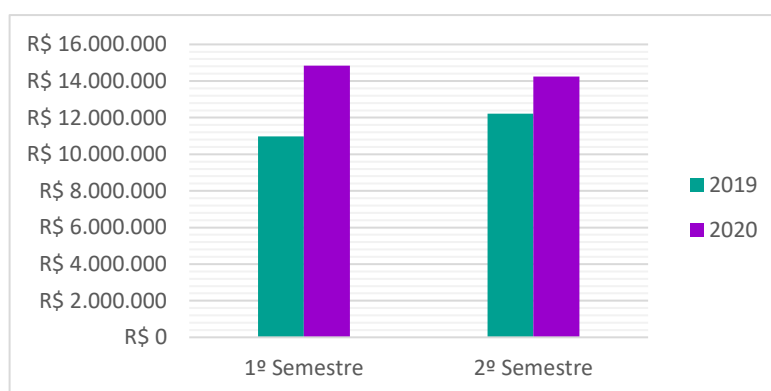
Exercício	2019	2020
Liberações 1º Semestre	R\$ 12.664.490	R\$ 10.452.720
Evolução		-17%
Liberações 2º Semestre	R\$ 9.975.770	R\$ 12.876.386
Evolução		29%





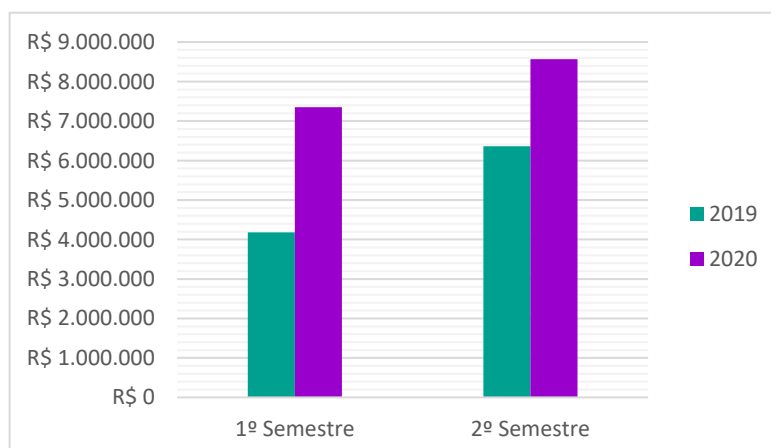
APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício	2019	2020
1º Semestre	R\$ 10.971.382	R\$ 14.832.923
Evolução		35%
2º Semestre	R\$ 12.215.219	R\$ 14.251.609
Evolução		16%



DEPÓSITOS À VISTA

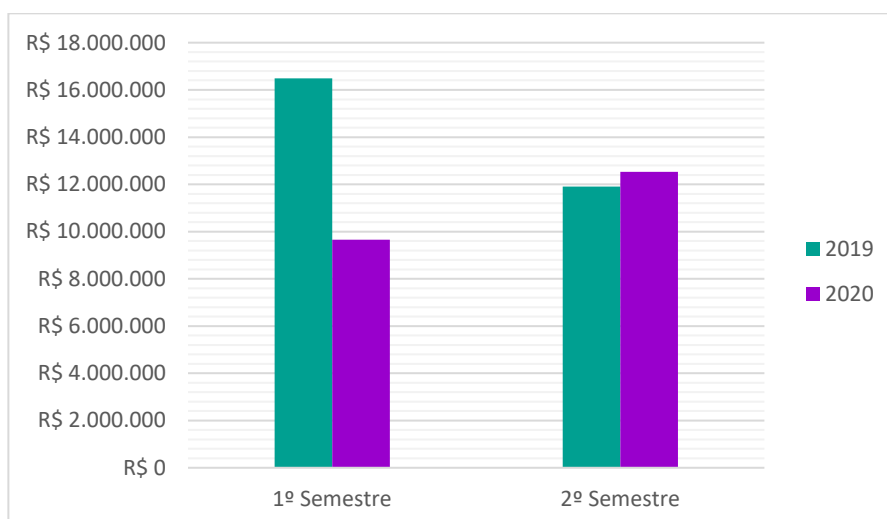
Exercício	2019	2020
1º Semestre	R\$ 4.178.914	R\$ 7.350.519
Evolução		75%
2º Semestre	R\$ 6.358.866	R\$ 8.566.254
Evolução		35%





DEPÓSITOS A PRAZO

Exercício	2019	2020
1º Semestre	R\$ 16.491.660	R\$ 9.649.682
Evolução		-41%
2º Semestre	R\$ 11.904.399	R\$ 12.533.386
Evolução		5%





RESULTADO

RECEITAS ACUMULADAS		
Exercício	2019	2020
1° Semestre	R\$ 7.269.095	R\$ 6.763.259
2° Semestre	R\$ 7.327.416	R\$ 8.679.132
Total	R\$ 14.596.511	R\$ 15.442.391
Evolução		6%

DESPESAS ACUMULADAS		
Exercício	2019	2020
1° Semestre	R\$ 7.829.837	R\$ 7.899.566
2° Semestre	R\$ 7.353.886	R\$ 7.289.357
Total	R\$ 15.729.403	R\$ 14.643.243
Evolução		-7%

RESULTADO ACUMULADO BRUTO

SOBRAS DE 2020	
1° Semestre (Perdas)	-590.626,85
2° Semestre (Sobras)	1.389.774,41
SOBRAS BRUTAS DE 2020	799.147,56
DESTINAÇÕES	
Juros s/Capital Próprio	306.940,81
Reserva Legal	91.238,97
FATES - Atos Cooperativos	22.809,74
FATES - Atos Não Cooperativos	36.011,90
SOBRAS LÍQUIDAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	342.146,14



FATES – FUNDO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EDUCACIONAL E SOCIAL

Exercício		2019	2020	Total
Data A.G.O.		23.07.2019	23.07.2020	
Destinações	Atos c/Associados	R\$ 0,00	R\$ 22.809,74	R\$ 22.809,74
	Reversão de Provisão Kit Escolar	R\$ 0,00	R\$ 3.171,33	R\$ 3.171,33
	Atos c/não Associados	R\$ 0,00	R\$ 36.011,90	R\$ 36.011,90
	TOTAL	R\$ 0,00	R\$ 61.992,97	R\$ 61.992,97
Utilização	Auxílio pela Falta	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
	Treinamento	R\$ 56.689,24	R\$ 52.816,59	R\$ 109.505,83
	Kit Escolar	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 200.000,00
	TOTAL	R\$ 156.689,24	R\$ 152.816,59	R\$ 309.505,83
Saldos	Atos com Associados	R\$ 199.168,48	R\$ 72.332,96	
	Atos com não Associados	R\$ 0,00	R\$ 36.011,90	
	TOTAL	R\$ 199.168,48	R\$ 108.344,86	
Deliberações	Auxílio pela Falta	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
	Treinamento	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	
	Kit Escolar	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	
	Incorporação Reserva Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
	TOTAL	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	



RESPONSABILIDADE SOCIAL



Kit Material Escolar

Aprovado em AGO de 23/07/2020 e entregue em janeiro de 2021



Conselheiro Financeiro – Coopere com o seu Dinheiro

Projeto idealizado em parceria com o Super Mercado Zona Sul (realizado em fevereiro/20, antes da pandemia do COVID-19)



Biblioteca Sicoob Crediconsumo

Disponível para os associados de SP em breve também para o RJ



RENDA MÉDIA ANUAL AGREGADA POR ASSOCIADO

Os associados da Sicoob Crediconsumo, ao se utilizarem de todos os produtos e serviços financeiros do SICOOB, geram uma economia média individual no exercício no valor de R\$ 380,99; multiplicado por 17.668 associados, representam R\$ 6.731.331,32 de renda agregada.

GERENCIAMENTO DE RISCO

A Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial para a otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação Risco x Retorno para os seus Associados.

As estruturas completas para gerenciamento dos riscos estão disponíveis para acesso público, através do link www.sicoobcrediconsumo.com.br, e estão compostas pelo Conselho de Administração, pelo agente de Controle Interno e de Risco e pela área de auditoria da Sicoob Central CECRESP.

A gestão é centralizada na Central, responsável pela divulgação das políticas gerais e avaliação consolidada dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional. Esse processo é contínuo, permanentemente revisado e serve de base para estratégias da Sicoob Crediconsumo.



AGRADECIMENTOS

Aos associados e delegados;

À Coop - Cooperativa de Consumo e ao Super Mercado Zona Sul S/A;

Aos Colaboradores e Prestadores de Serviços;

Aos demais membros dos Conselhos de Administração, Fiscal e Diretoria Executiva;

Às Entidades e Instituições Sistêmicas.

Santo André, 29 de abril de 2021.

Marcio Francisco Blanco do Valle
Presidente do Conselho de Administração



DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA COOP-COOPERATIVA DE CONSUMO E DOS EMPREGADOS DO SUPERMERCADO ZONA SUL S.A

SICOOB CREDICONSUMO BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		47.555.305,62	44.989.319,63
Circulante		32.167.693,58	28.776.542,48
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	14.550.449,62	12.981.227,58
Disponibilidades	4.a	298.840,45	766.098,16
Centralização Financeira - Cooperativas	4.b	139.303,95	1.452.850,31
Títulos e Valores Mobiliários	5	14.112.305,22	10.762.279,11
Operações de Crédito	6	14.216.984,46	14.258.219,92
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	6.a	15.194.339,80	15.539.947,22
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	6.a	(977.355,34)	(1.281.727,30)
Outros Créditos	7	1.964.634,21	1.481.056,47
Créditos por Avais e Fianças Honradas	7.a	109.705,29	231.693,38
Rendas a Receber	7.b	318.504,40	144.837,53
Diversos	7.c	1.615.143,09	1.305.400,85
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	7.d	56.365,98	46.106,97
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	7.e	(135.084,53)	(246.982,26)
Outros Valores e Bens	8	1.435.625,29	56.038,51
Outros Valores e Bens	8.a	1.369.979,60	-
Despesas Antecipadas	8.b	65.645,69	56.038,51
Não Circulante		15.387.612,04	16.212.777,15
Realizável a Longo Prazo	6	12.781.788,58	13.817.795,66
Operações de Crédito	6	12.781.788,58	13.817.795,66
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	6.a	13.702.528,50	15.018.105,85
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	6.a	(920.739,92)	(1.200.310,19)
Permanente		2.605.823,46	2.394.981,49
Investimentos	9	2.030.672,15	1.810.168,40
Participação em Cooperativa Central de Crédito		1.578.766,31	1.386.479,88
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		434.982,28	406.850,44
Participações em Cooperativa exceto Coop. Central de Crédito		923,56	838,08
Participações Empr Controlada Coop Central Crédito		16.000,00	16.000,00
Imobilizado de Uso	10	552.430,84	555.476,66
Imobilizado de Uso		1.013.155,18	868.801,79
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(460.724,34)	(313.325,13)
Intangível	11	22.720,47	29.336,43
Ativos Intangíveis		71.432,28	58.918,35
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(48.711,81)	(29.581,92)
Total do Ativo		47.555.305,62	44.989.319,63
PASSIVO		23.674.494,09	23.136.032,90
Circulante		23.674.065,46	23.135.778,58
Depósitos	12	21.127.657,99	18.295.290,74
Depósitos à Vista		8.566.254,01	6.358.866,32
Depósitos Sob Aviso		28.018,46	32.025,41
Depósitos à Prazo		12.533.385,52	11.904.399,01
Relações Interdependências	13	30,00	-
Recursos em Trânsito de Terceiros	13.a	30,00	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses		-	3.000.000,00
Empréstimos No País - Outras Instituições		-	3.000.000,00
Outras Obrigações	14	2.546.377,47	1.840.487,84
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	14	311,28	3.594,75
Sociais e Estatutárias	14.1	724.270,13	601.335,38
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	14.2	139.988,75	142.535,92
Diversas	14.3	1.681.807,31	1.093.021,79
Não Circulante		428,63	254,32
Outras Obrigações	14	428,63	254,32
Diversas	14.3	428,63	254,32
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	23.880.811,53	21.853.286,73
Capital Social	16.a	23.218.774,32	21.624.634,63
De Domiciliados No País	16.a	23.369.852,15	21.688.716,21
(-) Capital A Realizar	16.a	(151.077,83)	(64.081,58)
Reserva de Sobras	16.b	319.891,07	1.361.544,53
Sobras ou Perdas Acumuladas	16.c	342.146,14	(1.132.892,43)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		47.555.305,62	44.989.319,63

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RELATÓRIO ANUAL 2020



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA COOP-COOPERATIVA DE CONSUMO E DOS EMPREGADOS DO
SUPERMERCADO ZONA SUL S.A
SICOOB CREDICONSUMO
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		4.992.823,64	9.634.515,66	5.199.994,64	10.592.584,65
Operações de Crédito	19	4.873.822,48	9.321.489,55	4.927.830,12	9.972.944,45
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		119.201,18	313.026,11	268.902,10	614.007,53
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		-	-	3.462,42	5.632,67
Dispêndio da Intermediação Financeira	20	(918.755,79)	(2.229.905,99)	(1.715.372,01)	(3.922.675,61)
Operações de Captação no Mercado		(137.850,04)	(336.826,68)	(491.385,18)	(1.029.900,53)
Operações de Empréstimos e Repasses		(39.237,30)	(164.613,99)	(28.704,62)	(154.357,65)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(741.668,45)	(1.728.465,32)	(1.195.282,21)	(2.738.357,43)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		4.074.067,85	7.404.609,67	3.484.622,63	6.669.909,04
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(2.569.122,31)	(6.461.293,18)	(4.005.424,67)	(7.733.027,36)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	21	731.195,90	1.260.525,26	378.035,83	736.976,66
Rendas (Ingressos) de Tarifas	22	803.333,35	1.046.465,27	245.377,33	303.088,13
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	23	(2.562.755,94)	(5.136.238,06)	(2.510.359,27)	(5.032.417,53)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	24	(2.776.570,83)	(5.523.425,75)	(2.676.520,32)	(4.990.526,31)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(32.928,19)	(63.196,80)	(26.839,61)	(47.612,47)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	25	1.348.932,61	2.056.449,21	707.532,74	1.526.616,97
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais Prestadas	26	(75.549,45)	(102.179,52)	(142.802,36)	(231.413,90)
		(4.779,96)	307,21	19.950,99	2.261,09
Resultado Operacional		1.504.945,54	943.316,49	(520.802,04)	(1.063.118,32)
Outras Receitas e Despesas	27	(2.171,13)	(6.033,52)	(3.740,02)	(22.166,75)
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(301,29)	(301,29)	-	(11.342,50)
Outras Receitas		11.237,52	11.250,82	39.170,05	42.678,69
Outras Despesas		(13.107,36)	(16.983,05)	(42.910,07)	(53.502,94)
Resultado Antes da Tributação e Participações		1.502.774,41	937.282,97	(524.542,06)	(1.085.285,07)
Imposto de Rendas		-	(12.567,71)	(23.803,68)	(23.803,68)
Contribuição Social		-	(12.567,70)	(23.803,68)	(23.803,68)
Participações nos Resultados de Empregados	14.1	(113.000,00)	(113.000,00)	-	-
Sobras/Perdas Antes das Destinações		1.389.774,41	799.147,56	(572.149,42)	(1.132.892,43)
Destinações Legais e Estatutárias			(150.060,61)	-	-
FATES	16.d	-	(58.821,64)	-	-
Reserva Legal	16.d	-	(91.238,97)	-	-
Resultado Antes dos Juros ao Capital		1.389.774,41	649.086,95	(572.149,42)	(1.132.892,43)
Juros ao Capital	18	(306.940,81)	(306.940,81)	-	-
Sobras/Perdas Líquidas		1.082.833,60	342.146,14	(572.149,42)	(1.132.892,43)
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		-	-	-	-



Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal		
Saldo em 31/12/2018		19.117.831,09	(21.989,97)	954.929,84	543.365,60	20.594.136,56
Constituição de Reservas		-	-	406.614,69	(406.614,69)	-
Ao Capital	17.a	135.974,35	-	-	(135.974,35)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	15.1	-	-	-	(776,56)	(776,56)
Por Subscrição/Realização	17.a	5.701.654,68	(42.091,61)	-	-	5.659.563,07
Por Devolução (-)	17.a	(3.264.858,84)	-	-	-	(3.264.858,84)
Estorno de Capital	17.a	(1.885,07)	-	-	-	(1.885,07)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	(1.132.892,43)	(1.132.892,43)
Saldo em 31/12/2019		21.688.716,21	(64.081,58)	1.361.544,53	(1.132.892,43)	21.853.286,73
Por Subscrição/Realização	17.a	5.686.578,07	(86.996,25)	-	-	5.599.581,82
Por Devolução (-)	17.a	(4.302.190,89)	-	-	-	(4.302.190,89)
Estorno de Capital		(1.344,43)	-	-	-	(1.344,43)
Reversões de Reservas		-	-	(1.132.892,43)	1.132.892,43	-
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	799.147,56	799.147,56
Provisão de Juros ao Capital	17.f	-	-	-	(306.940,81)	(306.940,81)
Juros ao Capital	17.f	298.093,19	-	-	-	298.093,19
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(36.011,90)	(36.011,90)
Fundo de Reserva	17.f	-	-	91.238,97	(91.238,97)	-
F A T E S	17.f	-	-	-	(22.809,74)	(22.809,74)
Saldo em 31/12/2020		23.369.852,15	(151.077,83)	319.891,07	342.146,14	23.880.811,53
Saldo em 30/06/2019		20.392.920,86	(35.824,23)	1.361.544,53	(560.743,01)	21.157.898,15
Por Subscrição/Realização	17.a	2.859.594,82	(28.257,35)	-	-	2.831.337,47
Por Devolução (-)	17.f	(1.562.558,05)	-	-	-	(1.562.558,05)
Estorno de Capital		(1.241,42)	-	-	-	(1.241,42)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	(572.149,42)	(572.149,42)
Saldo em 31/12/2019		21.688.716,21	(64.081,58)	1.361.544,53	(1.132.892,43)	21.853.286,73
Saldo em 30/06/2020		22.426.224,71	(97.090,13)	1.361.544,53	(1.723.519,28)	21.967.159,83
Por Subscrição/Realização	17.a	2.782.706,78	(53.987,70)	-	-	2.728.719,08
Por Devolução (-)	17.f	(2.136.198,34)	-	-	-	(2.136.198,34)
Estorno de Capital		(974,19)	-	-	-	(974,19)
Reversões de Reservas		-	-	(1.132.892,43)	1.132.892,43	-
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	1.389.774,41	1.389.774,41
Provisão de Juros ao Capital	17.f	-	-	-	(306.940,81)	(306.940,81)
Juros ao Capital	17.f	298.093,19	-	-	-	298.093,19
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(36.011,90)	(36.011,90)
Fundo de Reserva	17.f	-	-	91.238,97	(91.238,97)	-
F A T E S		-	-	-	(22.809,74)	(22.809,74)
Saldo em 31/12/2020		23.369.852,15	(151.077,83)	319.891,07	342.146,14	23.880.811,53

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA COOP-COOPERATIVA DE CONSUMO E DOS EMPREGADOS DO SUPERMERCADO ZONA SUL S.A.

SICOB CREDICONSUMO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas Antes das Destinações	17.f	1.389.774,41	799.147,56	(572.149,42)	(1.132.892,43)
Juros ao Capital Recebido	29	(38.711,51)	(38.711,51)	(47.860,99)	(47.860,99)
Distribuição de Sobras e Dividendos		(28.134,68)	(28.134,68)	-	(164.583,59)
Participações nos Resultados de Empregados	32	113.000,00	113.000,00	-	-
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	23	741.668,45	1.728.465,32	1.195.282,21	2.738.357,43
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	31	99.161,27	194.267,72	105.016,52	222.903,94
Depreciações e Amortizações	27	87.753,61	175.118,81	79.767,18	145.436,60
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações		2.364.511,55	2.943.153,22	760.055,50	1.761.360,96
Títulos e Valores Mobiliários	6	(0,00)	(0,00)	0,00	0,00
Operações de Crédito	7	(1.629.177,94)	(651.222,78)	1.142.883,44	1.256.960,26
Outros Créditos	7	(1.090.945,96)	(483.577,74)	202.246,16	128.918,26
Outros Valores e Bens	7	11.096,16	(1.379.586,78)	44.605,78	31.784,32
Depósitos à Vista	13	1.215.735,34	2.207.387,69	2.179.951,96	2.211.877,36
Depósitos sob Aviso		281,52	(4.006,95)	(5.319,04)	(4.172,42)
Depósitos à Prazo	13	2.883.703,75	628.986,51	(4.587.260,83)	(3.312.300,46)
Relações Interdependências	14	(4.225,00)	30,00	(115,00)	(115,00)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(5.522.939,71)	(3.000.000,00)	756.016,49	(1.818.228,44)
Outras Obrigações	15	477.354,63	116.990,82	157.197,04	(565.814,95)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos		(36.011,90)	(36.011,90)	-	-
FATES Sobras Exercício	15.1	(22.809,74)	(22.809,74)	-	-
Imposto de Renda	15.2	-	(12.567,71)	(23.803,68)	(23.803,68)
Contribuição Social	15.2	-	(12.567,70)	(23.803,68)	(23.803,68)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		(1.353.427,30)	294.196,94	602.654,14	(357.337,47)
Recebimento Dividendos		28.134,68	28.134,68	-	55.872,00
Distribuição Sobras da Central	29	-	-	-	108.711,59
Recebimento de Juros ao Capital	29	38.711,51	38.711,51	47.860,99	47.860,99
Aquisição de Intangível	12	(8.810,60)	(13.414,05)	(22.296,30)	(34.140,04)
Aquisição de Imobilizado de Uso	11	(44.225,86)	(152.042,98)	(38.104,48)	(184.282,49)
Aquisição de investimentos	10	(220.503,75)	(220.503,75)	(204.221,67)	(463.506,59)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(206.694,02)	(319.114,59)	(216.761,46)	(469.484,54)
Aumento por Novos Aportes de Capital	17	2.728.719,08	5.599.581,82	2.831.337,47	5.659.563,07
Devolução de Capital à Cooperados	15.1	(2.136.198,34)	(4.302.190,89)	(1.562.558,05)	(3.264.858,84)
Estorno/Cancelamento de Capital		(974,19)	(1.344,43)	(1.241,42)	(1.885,07)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		-	-	-	(776,56)
Juros ao Capital pago	17.f	298.093,19	298.093,19	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		889.639,74	1.594.139,69	1.267.538,00	2.392.042,60
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(670.481,58)	1.569.222,04	1.653.430,68	1.565.220,59
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		15.220.931,20	12.981.227,58	11.327.796,90	11.416.006,99
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		14.550.449,62	14.550.449,62	12.981.227,58	12.981.227,58
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(670.481,58)	1.569.222,04	1.653.430,68	1.565.220,59

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA COOP-COOPERATIVA DE CONSUMO E DOS EMPREGADOS DO SUPERMERCADO ZONA SUL S.A – SICOOB CREDICONSUMO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 DE 2019

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA COOP - COOPERATIVA DE CONSUMO E DOS EMPREGADOS DO SUPERMERCADO ZONA SUL S.A - SICOOB CREDICONSUMO é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 18/05/1981, filiada à CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDICONSUMO, sediado à rua Conselheiro Justino, 56 – Campestre, Santo André - SP, possui 2 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: RIO DE JANEIRO - RJ, SANTO ANDRÉ - SP.

O SICOOB CREDICONSUMO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 16 de março de 2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor



O Banco Central emitiu a Resolução CMN n° 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN n° 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular n° 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB n° 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência desses normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com o ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. Nós da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA COOP-COOPERATIVA DE CONSUMO E DOS EMPREGADOS DO SUPERMERCADO ZONA SUL S.A junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.



b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações, considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECRESP** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Essa ou Ela é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.



j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

m) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*



A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	298.840,45	766.098,16
Relações interfinanceiras - centralização financeira	139.303,95	1.452.850,31
Títulos e Valores Mobiliários	14.112.305,22	10.762.279,11
TOTAL	14.550.449,62	12.981.227,58

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Títulos de Renda Fixa (a)	14.112.305,22	10.762.279,11
TOTAL	14.112.305,22	10.762.279,11

a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no SICOOB CENTRAL CECRESP. Com remuneração de R\$ 268.902,10 e R\$ 119.201,18 em 2019 e 2020 respectivamente.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:



Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	15.194.339,80	13.702.528,50	28.896.868,30	30.558.053,07
Total de Operações de Crédito	15.194.339,80	13.702.528,50	28.896.868,30	30.558.053,07
(-) Provisões para Operações de Crédito	(977.355,34)	(920.739,92)	(1.898.095,26)	(2.482.037,49)
TOTAL	14.216.984,46	12.781.788,58	26.998.773,04	28.076.015,58

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	671.788,08	671.788,08		752.043,91	
A	0,5%	Normal	19.192.610,41	19.192.610,41	(95.963,05)	17.902.662,90	(89.513,31)
B	1%	Normal	1.939.051,21	1.939.051,21	(19.390,51)	2.307.110,67	(23.071,11)
B	1%	Vencidas	209.893,65	209.893,65	(2.098,94)	393.453,65	(3.934,54)
C	3%	Normal	2.511.877,54	2.511.877,54	(75.356,33)	4.539.966,59	(136.199,84)
C	3%	Vencidas	315.297,75	315.297,75	(9.459,77)	485.603,28	(14.568,10)
D	10%	Normal	878.336,93	878.336,93	(87.833,69)	821.408,67	(82.140,87)
D	10%	Vencidas	165.441,16	165.441,16	(16.544,12)	168.015,83	(16.801,58)
E	30%	Normal	1.635.594,56	1.635.594,56	(490.678,37)	810.231,94	(243.069,58)
E	30%	Vencidas	141.659,59	141.659,59	(42.497,88)	276.759,79	(83.027,94)
F	50%	Normal	104.792,78	104.792,78	(52.396,39)	150.704,72	(75.352,36)
F	50%	Vencidas	122.642,49	122.642,49	(61.321,25)	197.223,09	(98.611,55)
G	70%	Normal	98.722,69	98.722,69	(69.105,88)	143.783,15	(100.648,20)
G	70%	Vencidas	112.367,95	112.367,95	(78.657,56)	313.287,89	(219.301,52)
H	100%	Normal	46.448,23	46.448,23	(46.448,23)	156.155,50	(156.155,50)
H	100%	Vencidas	750.343,28	750.343,28	(750.343,28)	1.139.641,49	(1.139.641,49)
Total Normal			27.079.222,43	27.079.222,43	(937.172,45)	27.584.068,05	(906.150,77)
Total Vencidos			1.817.645,87	1.817.645,87	(960.922,80)	2.973.985,02	(1.575.886,72)
Total Geral			28.896.868,30	28.896.868,30	(1.898.095,25)	30.558.053,07	(2.482.037,49)
Provisões			(1.898.095,26)	(1.898.095,26)		(2.482.037,49)	
Total Líquido			26.998.773,04	26.998.773,04		28.076.015,58	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:



Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	6.297.068,80	8.897.271,00	13.702.528,50	28.896.868,30
TOTAL	6.297.068,80	8.897.271,00	13.702.528,50	28.896.868,30

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	40.420,58	40.420,58	0%
Setor Privado - Serviços	1.445.470,20	1.445.470,20	5%
Pessoa Física	27.410.977,52	27.410.977,52	95%
TOTAL	28.896.868,30	28.896.868,30	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(2.482.037,49)	(2.126.560,82)
Constituições	(3.093.037,60)	(4.394.497,39)
Reversões	1.612.657,24	6.996.790,86
Transferência para prejuízo	2.064.322,59	2.006.304,84
TOTAL	(1.898.095,25)	(2.482.037,49)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	1.233.881,55	4,00%	2.283.988,64	7,00%
10 Maiores Devedores	2.453.282,22	8,00%	3.669.187,44	12,00%
50 Maiores Devedores	4.422.406,00	15,00%	5.814.018,58	19,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	3.668.543,40	1.587.530,06
Valor das operações transferidas no período	2.374.738,13	3.185.657,73
Valor das operações recuperadas no período	(268.526,29)	(1.104.644,39)
TOTAL	5.774.755,24	3.668.543,40

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:



Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	109.705,29	231.693,38
Rendas a Receber		
Serviços prestados a receber (b)	309.453,95	139.891,62
Outras rendas a receber	9.050,45	4.945,91
Diversos		
Adiantamentos e antecipações salariais	18.526,22	2.893,00
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	7.623,18	550,00
Adiantamentos por conta de imobilizações (e)	221.204,97	44.033,70
Impostos e contribuições a compensar (d)	56.365,96	46.106,97
Títulos e créditos a receber (a)	55.133,69	12.160,51
Títulos e Créditos a Receber – Com característica de concessão de Crédito	51.261,36	48.712,79
Devedores diversos – país (c)	1.261.393,67	1.197.050,85
(-) Provisões para outros créditos		
(-) Com características de concessão de crédito (f)	(135.084,53)	(246.982,26)
TOTAL	1.964.634,21	1.481.056,47

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual. O saldo é composto pela somatória dos valores de R\$ 109.705,29 em Avais e Fianças Honrados e R\$ 51.261,36 em Títulos e Créditos a Receber – Concessão de Crédito.

(b) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito (R\$ 309.453,95) e rendas de serviços de convênio a receber (R\$ 9.050,45)

(c) Saldo de Devedores Diversos refere-se a valores em Pendências a Regularizar.

(d) Em Imposto e contribuições a compensar refere-se substancialmente aos valores pagos de IRPJ (R\$ 16.038,54) e valores pagos de CSLL(R\$12.420,63) em exercícios anteriores. Esses valores serão transferidos para Valores a Restituir – PERDCOMP, após a entrega da ECF e realização dos pedidos de restituição. E R\$27.906,79 refere-se a outros Impostos a Compensar

(e) Saldo de Devedores Diversos refere-se a valores em Pendências a Regularizar.

(f) Variação trata-se da reforma do ponto de atendimento no Rio de Janeiro/RJ.

(g) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:



Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E	30%	Vencidas	8.749,99	8.749,99	(2.625,00)	22.925,24	(6.877,58)
F	50%	Vencidas	26.421,23	26.421,23	(13.210,70)	25.151,62	(12.575,90)
G	70%	Vencidas	21.822,07	21.822,07	(15.275,47)	16.001,89	(11.201,36)
H	100%	Vencidas	103.973,36	103.973,36	(103.973,36)	216.327,42	(216.327,42)
Total Vencidos			160.966,65	160.966,65	(135.084,53)	280.406,17	(246.982,26)
Total Geral			160.966,65	160.966,65	(135.084,53)	280.406,17	(246.982,26)
Provisões			(135.084,53)	(135.084,53)		(246.982,26)	
Total Líquido			25.882,12	25.882,12		33.423,91	

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Bens Não de Uso Próprio (a)	1.369.979,60	-
Despesas Antecipadas (b)	65.645,69	56.038,51
TOTAL	1.435.625,29	56.038,51

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos à depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros R\$ 14.084,54, contribuição sindical patronal R\$ 2.400,00 e Vale alimentação e refeição dos colaboradores R\$ 49.161,15.

9. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2020** e de **2019** os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central De Crédito	1.578.766,31	1.386.479,88
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	434.982,28	406.850,44
Part. Em Cooperativas, Exceto Coop. Central Crédito	923,56	838,08
Participação Em Emp. Cont. Por Coop. Central Crédito	16.000,00	16.000,00
TOTAL	2.030.672,15	1.810.168,40

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL CECRESP E CECRESP CORRETORA DE SEGUROS e ações do BANCOOB.

10. Imobilizado de uso



Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo: Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado em Curso (a)		65.612,76	65.514,86
Instalações	10%	73.447,62	156.208,62
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(14.581,93)	(29.214,82)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	173.068,56	162.608,51
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(401.764,64)	(46.659,90)
Sistema de Comunicação	20%	28.230,20	18.093,45
Sistema de Processamento de Dados	20%	556.850,04	464.376,35
Sistema de Segurança	10%	-	2.000,00
Benfeitorias em Imóveis De Terceiros		115.946,00	-
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(44.377,77)	(237.450,41)
TOTAL		552.430,84	555.476,66

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que têm por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da instituição, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Outros Ativos intangíveis	71.432,28	58.918,35
(-) amortização acumulada de ativos intangíveis	(48.711,81)	(29.581,92)
TOTAL	22.720,47	29.336,43

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.



Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	8.566.254,01		6.358.866,32	
Depósito Sob Aviso	28.018,46	0,18	32.025,41	0,41
Depósito a Prazo	12.533.385,52	0,16	11.904.399,01	0,37
TOTAL	21.127.657,99		18.295.290,74	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	3.113.110,48	15,00%	3.017.415,94	16,49%
10 Maiores Depositantes	6.909.747,47	33,00%	6.292.478,12	34,39%
50 Maiores Depositantes	11.416.094,43	54,00%	10.379.355,92	58,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(281,52)	(817,68)	(1.043,71)	(2.190,33)
Despesas de Depósitos a Prazo	(123.117,94)	(308.527,21)	(474.758,31)	(997.027,77)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(14.450,58)	(27.481,79)	(15.583,16)	(30.742,43)
TOTAL	(137.850,04)	(336.826,68)	(491.385,18)	(1.029.960,53)

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2020
	Circulante
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	30,00
TOTAL	30,00

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

14. Outras Obrigações



Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	311,28	-	3.594,75	-
Sociais e Estatutárias	724.270,13	-	601.335,38	-
Fiscais e Previdenciárias	139.988,75	-	142.535,92	-
Diversas	1.681.807,31	428,63	1.093.021,79	254,32
TOTAL	2.546.377,47	428,63	1.840.487,84	254,32

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Provisão para Participações nos Lucros (a)	113.000,00	-
Resultado de Atos com Associados (b)	72.332,96	199.168,48
Resultado de Atos com não Associados	36.011,90	-
Cotas de Capital a Pagar (c)	502.925,27	402.166,90
TOTAL	724.270,13	601.335,38

(a) Refere-se à provisão do Programa de Participação nos Resultados, aprovado pelo Conselho de Administração, calculado considerando as verbas salariais em relação a indicadores, pesos e metas estabelecidos em regulamento próprio.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos, 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	-	28.229,90
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	3.306,49	3.854,49
Impostos e Contribuições sobre Salários	125.442,31	105.211,63
Outros	11.239,95	5.239,90



TOTAL	139.988,75	142.535,92
--------------	-------------------	-------------------

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	3.559,79	-	8.573,97	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	4.303,91	-	-	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	684.448,37	-	469.101,90	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	126.866,06	428,63	127.347,58	254,32
Credores Diversos - País (c)	862.629,18	-	487.998,34	-
TOTAL	1.681.807,31	428,63	1.093.021,79	254,32

(a) Referem-se a provisão para pagamento de despesas com pessoal no valor de R\$ 275.114,89 e pagamentos com outras despesas administrativas como: comunicações, manutenção e conservação de bens e compensação no valor de R\$ 283.479,68 e outros pagamentos que totalizam R\$ 125.853,80.

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2020**, a cooperativa é responsável por obrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 7.524.680,25 (R\$ 5.327.475,04 em **31/12/2019**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Referem-se a pendências a regularizar de R\$ 697.559,64, diferença de caixa de R\$ 29,43, pagamentos a processar de R\$ 151.221,27, conta transitória de R\$ 13.402,04 e devolução saldo credor - cartões de R\$ 416,80.

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDICONSUMO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2020** e de **2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
-----------	------------	------------



Capital Social	23.218.774,32	21.624.634,63
Associados	18.455	16.840

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

Descrição	2020	2019
Saldo Inicial do Fundo de Reserva	1.361.544,53	954.929,84
Utilização para cobrir perdas do exercício anterior	(1.132.892,43)	406.614,69
Destinação Reserva legal sobre Sobras Líquidas - 20%	91.238,97	-
Saldo do Fundo de Reserva ao final do exercício	319.891,07	1.361.544,53

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23/07/2020, as perdas do exercício findo em **31 de dezembro de 2019** totalizaram R\$ 1.132.892,43. Foi aprovada, por unanimidade, a utilização de recursos do Fundo de Reserva Legal no valor destacado, para cobertura total das perdas apuradas.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	492.206,75	(1.122.582,60)
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(36.011,90)	(10.309,83)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	456.194,85	(1.132.892,43)
Destinações estatutárias	-	-
Reserva legal - 20%	(91.238,97)	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(22.809,74)	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	342.146,14	(1.132.892,43)

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:



Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Receita de prestação de serviços	719.325,84	511.972,42
Despesas específicas de atos não cooperativos	40.627,43	(41.798,92)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(397.772,20)	(289.315,57)
Resultado operacional	362.181,07	180.857,93
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(119.033,52)	(22.166,75)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	243.147,55	158.691,18
Dedução do total de receitas de vendas de seguros e consórcios com Associados (Resolução Sicoob Confederação 129/16)	(207.135,65)	(148.381,36)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	36.011,90	10.309,83

18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de R\$ 306.940,81, visando remunerar o capital do associado em 50% da SELIC, conforme ATA assinada em 29/12/2020. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018

19. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	18.024,17	32.841,27	20.211,53	54.195,39
Rendas De Empréstimos	4.572.543,57	8.828.324,89	4.654.217,79	9.499.377,96
Rendas De Direitos Creditórios Descontados	167,40	77.453,76	77.929,40	157.494,90
Rendas De Créditos Por Avais E Fianças Honrados	-	-	-	0,60
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	282.887,32	382.869,63	175.271,40	261.875,60
TOTAL	4.873.622,46	9.321.489,55	4.927.630,12	9.972.944,45

20. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas De Captação	(137.850,04)	(336.826,68)	(491.385,18)	(1.029.960,53)
Despesas De Obrig. Por Empréstimos E Repasses	(39.237,30)	(164.613,99)	(28.704,62)	(154.357,65)
Provisões para Operações de Crédito	(1.317.179,17)	(2.669.914,73)	(1.607.826,24)	(3.481.260,11)
Provisões para Outros Créditos	(124.019,29)	(299.462,53)	(219.621,99)	(426.325,88)
Reversões Operação de Créditos de Liquidação Duvidosa	612.461,76	1.128.869,12	606.445,54	1.086.016,74
Reversões de Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	87.068,25	112.042,82	25.720,48	83.211,82
TOTAL	(918.755,79)	(2.229.905,99)	(1.715.372,01)	(3.922.675,61)

21. Receitas de prestação de serviços



Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	348,50	2.097,12	3.232,15	5.969,45
Rendas de Outros Serviços	730.847,40	1.258.428,14	374.803,68	731.007,21
TOTAL	731.195,90	1.260.525,26	378.035,83	736.976,66

22. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	397.608,35	397.608,35	-	-
Rendas de Serviços Prioritários - PF	366.678,50	583.542,72	225.205,29	252.755,32
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	39.046,50	65.314,20	20.172,04	50.332,81
TOTAL	803.333,35	1.046.465,27	245.377,33	303.088,13

23. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Adm.	(275.277,28)	(578.023,95)	(232.581,19)	(508.840,20)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(764.790,09)	(1.532.980,40)	(802.437,33)	(1.557.429,42)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(445.865,23)	(896.512,20)	(449.224,55)	(893.910,13)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.076.823,34)	(2.127.947,01)	(1.024.256,20)	(2.070.377,78)
Despesas de Pessoal - Treinamento	-	(774,50)	(1.860,00)	(1.860,00)
TOTAL	(2.562.755,94)	(5.136.238,06)	(2.510.359,27)	(5.032.417,53)

24. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(9.570,64)	(28.442,72)	(15.566,64)	(26.299,39)
Despesas de Aluguéis	(43.596,92)	(149.631,68)	(207.667,04)	(323.854,14)
Despesas de Comunicações	(72.966,98)	(149.866,85)	(74.630,54)	(178.714,90)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(7.385,76)	(15.095,66)	(5.603,73)	(15.136,28)
Despesas de Material	(20.870,44)	(42.402,88)	(17.131,97)	(43.403,41)
Despesas de Processamento de Dados	(331.500,17)	(688.772,83)	(280.599,26)	(488.395,16)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(5.537,31)	(10.629,25)	(8.999,42)	(22.158,16)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(22.993,71)	(31.533,60)	(2.826,92)	(16.712,62)
Despesas de Seguros	(18.030,52)	(36.591,34)	(19.990,61)	(44.070,30)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.334.176,23)	(2.551.706,71)	(1.216.776,57)	(2.263.457,57)
Despesas de Serviços de Terceiros	(132.951,49)	(300.942,18)	(159.965,06)	(249.320,05)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(54.198,96)	(113.616,44)	(53.299,39)	(98.576,33)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(51.492,20)	(157.475,92)	(76.355,66)	(156.251,66)



Despesas de Transporte	(67.688,20)	(134.951,15)	(85.026,53)	(161.523,72)
Despesas de Viagem no País	(2.572,43)	(32.422,51)	(34.241,36)	(79.865,00)
Despesas de Amortização	(7.833,63)	(20.030,01)	(19.729,02)	(32.637,26)
Despesas de Depreciação	(79.919,98)	(155.088,80)	(60.038,16)	(112.799,34)
Outras Despesas Administrativas	(57.867,26)	(107.250,53)	(46.148,04)	(89.303,21)
Emolumentos judiciais e cartorários	(93.451,82)	(95.846,13)	(573,18)	(1.808,17)
Contribuição a OCE	(17.389,03)	(41.733,63)	(18.366,30)	(36.731,94)
Rateio de despesas da Central	(276.511,66)	(517.627,41)	(198.695,96)	(414.771,15)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(68.065,29)	(141.767,52)	(74.288,96)	(134.736,55)
TOTAL	(2.776.570,63)	(5.523.425,75)	(2.676.520,32)	(4.990.526,31)

25. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	30.153,27	31.803,09	26.018,01	27.821,76
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	94.381,31	194.574,93	124.967,51	225.165,03
Dividendos	28.134,68	28.134,68	-	55.872,00
Deduções e abatimentos	86,20	86,20	-	-
Distribuição de sobras da central	-	-	-	108.711,59
Outras rendas operacionais	160.695,06	171.224,28	53.948,86	60.577,32
Rendas oriundas de cartões de crédito	1.035.482,09	1.630.626,03	502.598,36	1.048.469,27
TOTAL	1.348.932,61	2.056.449,21	707.532,74	1.526.616,97

26. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Outras Despesas Operacionais	(37.520,66)	(53.951,64)	(86.522,37)	(172.123,02)
Descontos concedidos - operações de crédito	(26.276,81)	(32.207,77)	(8.804,98)	(11.882,55)
Cancelamento - tarifas pendentes	(11.751,98)	(16.020,11)	(47.275,01)	(47.408,33)
TOTAL	(75.549,45)	(102.179,52)	(142.602,36)	(231.413,90)

27. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Ganhos de Capital	11.237,52	11.250,82	39.170,05	42.678,69
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(301,29)	(301,29)	-	(11.342,50)
(-) Perdas de Capital	(13.107,36)	(16.983,05)	(42.910,07)	(53.502,94)
Resultado Líquido	(2.171,13)	(6.033,52)	(3.740,02)	(22.166,75)



28. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2020**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	974,88	0,01%	1,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	699.764,82	2,15%	25.365,57
TOTAL	700.739,70	2,15%	25.366,57
Montante das Operações Passivas	467.164,00	3,77%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2020**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	44.437,44	888,65	2,71%
Empréstimos	446.001,58	4.487,27	1,63%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	22.518,78	0,2632%	0%
Depósitos a Prazo	274.683,08	2,1867%	0,17%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, a taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,86%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	106,59%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela



administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	1,29%
Aplicações Financeiras	3,77%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos	215.659,77

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2020	31/12/2019
Gestão de Coobrigação	108.469,36	130.762,87

f) No exercício de **2020** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO				
Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Diretoria e Conselho de Administração - Honorários	(271.225,32)	(573.941,24)	(192.581,19)	(468.840,20)
Diretoria e Conselho de Administração - Gratificações	(2.890,58)	(2.890,58)	(40.000,00)	(40.000,00)
Outras desp. Diretoria e Conselho Administração	(1.161,38)	(1.192,13)	-	-
F.G.T.S. Diretoria	(21.698,01)	(38.959,25)	(18.581,24)	(40.681,98)
INSS Diretoria/Conselheiros	(54.245,05)	(114.831,80)	(46.453,16)	(101.704,93)
Total	(351.220,34)	(731.815,00)	(297.615,59)	(651.227,11)

29. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA COOP-COOPERATIVA DE CONSUMO E DOS EMPREGADOS DO SUPERMERCADO ZONA SUL S.A - SICOOB CREDICONSUMO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECRESP é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades de forma autônoma e independente, através dos



instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECRESP** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDICONSUMO** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECRESP** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

30. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

30.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad), é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

30.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;



- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição ao risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

30.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

30.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

30.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).



31. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência	22.104.664,08	20.318.065,99
Índice de Basileia - IB (10,5% RPC e 13% RPS)	43,89%	48,04%
Índice / Grau de Imobilização - GI (50%)	2,50%	2,74%
Razão de Alavancagem (3%)	36,60%	38,09%

33. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Não existem processos judiciais prováveis para provisão.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDICONSUMO**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 39.600,06. Essas ações abrangem processos de ações cíveis.

Santo André 23 de março de 2021

PAULO FERNANDO OZELAME

DIRETOR PRESIDENTE

VERONICA CRISTINA BUENO RONCATO

CONTADOR 1SP293772/O-3



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Coop – Cooperativa de Consumo e dos Empregados do Supermercado Zona Sul S/A

Santo André - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Coop – Cooperativa de Consumo e dos Empregados do Supermercado Zona Sul S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Coop – Cooperativa de Consumo e dos Empregados do Supermercado Zona Sul S/A, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis



A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

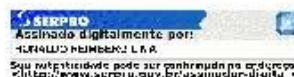
Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.



Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 23 de março de 2021.



Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1



PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA COOP – COOPERATIVA DE CONSUMO – SICOOB CREDICONSUMO E DOS EMPREGADOS DO SUPER MERCADO ZONA SUL S/A – SICOOB CREDICONSUMO, no uso das atribuições estatutárias, examinamos as demonstrações contábeis relativa ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2 020.

Com base nos exames e verificações procedidas nas demonstrações financeiras e notas explicativas, no parecer dos agentes de controles internos e auditoria externa contratada, e ainda, nas averiguações periódicas deste conselho, somos de opinião, que as referidas demonstrações refletem as situações patrimonial e financeira da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA COOP – COOPERATIVA DE CONSUMO – SICOOB CREDICONSUMO E DOS EMPREGADOS DO SUPER MERCADO ZONA SUL S/A – SICOOB CREDICONSUMO, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, pelo que opinamos por sua aprovação pela Assembleia Geral.

Santo André, 29 de abril de 2021.

Osmar Yoshihide Kimura

Osmar Yoshihide Kimura (Apr 27, 2021 13:47 ADT)

Osmar Yoshihide Kimura
Coordenador

Rosângela Ap. Ferreira de Souza

Rosângela Ap. Ferreira de Souza (Apr 27, 2021 13:48 ADT)

Rosângela Aparecida Ferreira de Souza
Conselheira efetiva

Bruno Matos

Bruno Matos (Apr 27, 2021 13:59 ADT)

Bruno Henrique de Matos
Secretário



INFORMAÇÕES GERAIS

A.G.O. de Constituição em: 18 de maio de 1.981

Homologação pelo Banco Central: 04 de agosto de 1.981

Certificado de Autorização nº: 655 do Banco Central do Brasil

CNPJ nº: 47.074.323/0001-93

Junta Comercial / SP nº: 35400001038 de 14/09/1981

Inscrição Municipal nº: 042.618-0

Sicoob Central CECRESP – Inscrição nº: 008

Código do Banco/Agência Bancária: 756/4381

Sede: Rua Conselheiro Justino, 56 – Bairro Campestre – Santo André – São Paulo

São Paulo

PA – Atendimento fixo: Avenida Queirós dos Santos, 456 – Centro – Santo André

Atendimento Itinerante: A B C D M RP, São José dos Campos, Sorocaba, Piracicaba e Tatuí

Rio de Janeiro

PA - Atendimento fixo: Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 595 - Copacabana e Rua Comandante Vergueiro da Cruz, 226 – Olaria

Atendimento Itinerante: Cidade do Rio de Janeiro e Angra dos Reis.

RELATÓRIO ANUAL 2020



/sicoobcrediconsumo



/sicoobcrediconsumo

(11) 3181-7478 / (21) 2018-2242